DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

8ª EDIÇÃO

DENARIUS é publicação técnica apoiada pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras).

Rua Maestro Cardim 1170
São Paulo, SP, 01323-001

8ª Edição
Março de 2022

Copyright © 2022
Todos os direitos reservados.

Referências autorizadas desde que citada a fonte.

FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira
Desde 1974

ÍNDICE

3 APRESENTAÇÃO

4 EDITORIAL
LIDERANÇA E GESTÃO DE MUDANÇA

6 PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO

8 PANORAMA NORTE-AMERICANO

10 IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO

12 PONTO DE VISTA
PERSPECTIVAS PARA O VAREJO EM 2022 CONTINUAM CONSERVADORAS E MARCADAS PELA INCERTEZA

13 TECNOLOGIA
PANDEMIA E TRANSFORMAÇAO DIGITAL: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA?

15 ESPAÇO JURÍDICO-CONTÁBIL
O DIREITO TRIBUTÁRIO E A CIÊNCIA DE DADOS

18 TERMÔMETROS DO MERCADO

26 AGENDA DE DIVULGAÇÕES

APRESENTAÇÃO

O mês de março começou com a notícia de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro fechou 2021 em 4,6%, levemente acima das últimas expectativas do mercado. Apesar do ano de comparação (2020) ter apresentado um desempenho significativamente fraco, tendo em vista o forte impacto provocado pela pandemia da Covid-19, o desempenho da economia brasileira no quarto trimestre foi um motivo de comemoração. Com o resultado do último trimestre do ano, o país saiu oficialmente da recessão técnica, que é considerada quando o PIB apresenta variação negativa em dois trimestres consecutivos em comparação com o período imediatamente anterior. No segundo trimestre de 2021, a variação do PIB foi de -0,3% e no terceiro de -0,10%. No fechamento do ano, a variação observada foi positiva: 0,50%.

Ao desagregar os dados é possível perceber que a agropecuária foi o setor com o pior desempenho em 2021, quando comparado com o ano anterior. No período, houve uma retração de 0,2% para as atividades dessa categoria. Entre as justificativas estão os diversos problemas climáticos, que assolaram a produção de itens importantes do agronegócio brasileiro. O setor de serviços, em contrapartida, mostrou o melhor desempenho, consequência direta do processo de vacinação que tornou possível o retorno dessas atividades, mesmo em meio a uma nova cepa do coronavírus. No ano, a expansão foi de 4,7%. A indústria também mostrou uma boa recuperação, crescendo 4,5% em 2021 em comparação com o ano anterior, o que indica uma retomada do setor industrial, após os piores períodos da pandemia.

Apesar dos pontos positivos, o cenário atual é de incertezas. O mercado interno ainda apresenta uma inflação persistente e os analistas têm elevado gradativamente as expectativas para o indicador oficial do país, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Atualmente, a expectativa é de que o ano termine com o IPCA em 5,65%, acima, portanto, do teto da meta do governo. Com o cenário de aceleração dos preços no mercado interno, a política monetária contracionista realizada pelo Banco Central deve se manter ao longo do ano. As expectativas do mercado indicam que a Selic deverá finalizar 2022 no patamar de 12,25%, ou seja, 1,5 ponto percentual acima da sua atual meta.

A corrida presidencial, em contrapartida, pode representar um obstáculo ao controle inflacionário. Isso porque a política fiscal do governo em anos de eleição tende a ser menos controlada, ao se buscar a realização de projetos que possuem maior apelo político com consequente inserção de mais capital na economia. Por fim, deixando o cenário de curto prazo ainda mais incerto, a atual crise político-militar entre Rússia e Ucrânia deverá provocar uma nova onda de elevação dos preços de produtos importantes para o mercado brasileiro, como petróleo, grãos e insumos agrícolas, o que também poderá gerar uma nova onda de inflação para o país.

DESTAQUES DA EDIÇÃO

INFLAÇÃO	TAXA DE JUROS	PIB	EMPREGO
contínua elevação das expectativas de mercado para o IPCA.	estimativa de aumento de mais 1,5 ponto percentual na Selic em 2022.	apesar das melhorias na apuração do PIB em 2021, o mercado ainda espera uma estagnação da economia brasileira em 2022.	a taxa de desocupação continua em queda, mas mantém a dependência da geração de emprego informal.

Para ter acesso a outros conteúdos, visite nosso site denarius.info e mantenha-se atualizado com análises e estimativas do mercado econômico-financeiro.

EDITORIAL

LIDERANÇA E GESTÃO DE MUDANÇA[1]

Dr. Paschoal Tadeu Russo

Professor e coordenador do Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi

A capacidade de mudar é fundamental para a continuidade da vida, não só das empresas, mas de todos os seres vivos. A Teoria da Evolução, desenvolvida por Charles Darwin (1809-1882), afirma que é o ambiente, por meio de seleção natural, que determina a importância da característica do indivíduo ou de suas variações, e os organismos mais bem adaptados a esse ambiente têm maiores chances de sobrevivência, deixando um número maior de descendentes. Os organismos mais bem adaptados são, portanto, selecionados (escolhidos) pelo ambiente e, assim, ao longo das gerações a atuação da seleção natural mantém ou melhora o grau de adaptação dos organismos, fixando suas características no ambiente[2].

Tratando-se das organizações, compreender a realidade como um fluxo que traz oportunidades constantes para mudanças e interações, leva a visualizá-las como unidades em construção e reconstrução. Diferentemente da visão passiva apresentada por Charles Darwin, os executivos, à frente das organizações, pretendem determinar as mudanças, levando-as, por meio de processos, de seu estado atual para um estado futuro desejado, para tanto, sendo capazes de lidar com os problemas que surgem ao longo dessa jornada. Nas organizações os processos para tais transformações são fortemente influenciados pela liderança e a competência em gerenciamento da mudança.

Existem evidências de que muitos programas

1 Com base em Gill, R. (2002). Change management--or change leadership?. Journal of change management, 3(4), 307-318.
2 https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/80/o/TCEM2014-Biologia-RicardoFernandesSilva.pdf

de mudança falham devido à má gestão, ou seja, problemas em planejamento, monitoramento e controle deficientes, falta de recursos, de know-how, além de políticas e práticas corporativas incompatíveis. Os esforços de mudança geralmente carecem dos recursos necessários, por exemplo, orçamento, sistemas, tempo e informações, e a experiência necessária – conhecimento e habilidades. As políticas e práticas corporativas às vezes permanecem as mesmas e se tornam inconsistentes com os objetivos e estratégias de mudança. Outras vezes, a mudança é considerada como uma "solução rápida". Isso implica não considerar as mudanças para a organização como um todo e, portanto, causa interrupções imprevistas e inaceitáveis. Pode-se dizer que as iniciativas de mudança são muitas vezes o resultado da adoção ingênua de modismos de gestão.

Pesquisas que vem sendo desenvolvidas há mais de vinte anos confirmam que os atributos, em ordem de importância, para que as empresas consigam se modificar e prosperar, são: liderança, valores corporativos, comunicação, formação / consolidação de equipe (team building) e educação / treinamento.

Os desafios preliminares da mudança dependem, em primeiro lugar, dos líderes, que precisam estar aptos a visualizar onde a empresa se encontra e onde deverá estar no futuro, e em segundo lugar, das demais pessoas da organização, de forma que se possa assegurar suas adaptações às mudanças propostas pelos líderes. Entre diversos desafios nesse processo está o de balancear o alinhamento (representa o entendimento compartilhado, orientação comum, valores comuns e prioridades compartilhadas) com a adaptabilidade (demonstrada pela sensibilidade ambiental, tolerância a visões contrárias, vontade de experimentar, tolerar o fracasso e aprender com ele) contribuindo com a construção da capacidade de responder rapidamente às mudanças.

A fim de lidar com a complexidade e amplitude dos processos de mudanças nas organizações, as lideranças precisam lidar com diversas dimensões do processo de gestão, entre elas: visão, valores/cultura, estratégia, empoderamento/capacitação, motivação e inspiração.

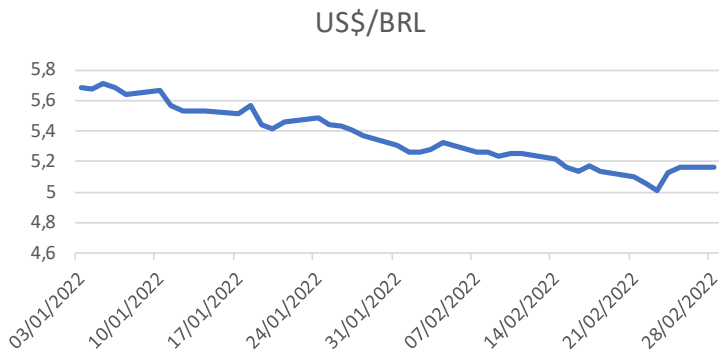
- Visão: A base da liderança eficaz é definir e comunicar uma visão atraente do futuro, deixando claro porque é importante chegar lá e inadequado (ou perigoso) permanecer aqui.
- Valores: são os princípios queridos pelos quais as pessoas vivem, por isso, não é sábio desconsiderá-los, sobretudo se foram valorizados ao longo do tempo. Os valores pessoais são intrínsecos e os corporativos são extrínsecos e servem como orientação do comportamento em toda a organização. Uma liderança eficaz é capaz de identificar e promover valores compartilhados.
- Estratégia: sem ela, a mudança é um sonho desordenado. Isso significa dizer que a liderança eficaz é capaz de desenvolver e comprometer-se a implementar estratégias de negócios, de forma racionais, com base em cenários possíveis para a organização.
- Empoderamento/capacitação: Empoderar é dar poder às pessoas, o que na prática ocorre, quando elas se toram capazes de fazer o que precisa ser feito. A capacitação também não se limita à visão individual, mas o líder, além de contribuir com o processo individual de transformação dos liderados, precisa remover os obstáculos à mudança, entre eles estruturas, sistemas, que minam a visão e desencorajam as pessoas inovadoras.
- Motivação e inspiração: Líderes eficazes motivam e inspiram as pessoas a fazerem o que precisa ser feito. Eles estão à frente das mudanças alinhando objetivos organizacionais com as necessidades, desejos, valores, interesses e aspirações dos indivíduos e do uso de uma linguagem positiva e apelativa. A motivação também surge de vitórias de curto prazo.

Por fim, como síntese do que foi apresentado, trazemos a fala do ex-presidente dos EUA Harry S. Truman: "Os homens fazem a história e não o contrário. Em períodos em que não há liderança, a sociedade fica parada. O progresso ocorre quando líderes corajosos e habilidosos aproveitam a oportunidade para mudar as coisas para melhor."[3] A mudança requer uma boa gestão, mas acima de tudo exige uma liderança eficaz.

3 Quoted by Dana Hield Whitson and Douglas K. Clark (2002) 'Management Audits: Passe´, or a Useful Quality Improvement Tool?', Public Management, 84(4), 6

PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO

O panorama econômico do início de 2022 está marcado por diversas incertezas que rondam o mercado brasileiro. Desde o início do ano, tem-se observado uma contínua valorização cambial, após forte depreciação da moeda brasileira no início da pandemia. Em março de 2021, um ano após o início da crise provocada pela Covid-19, a dólar americano era negociado por mais de R$5,87. Praticamente um ano depois, na última semana de fevereiro de 2022, a moeda norte-americana chegou a ser negociada por, aproximadamente, R$5,00.



Entre os motivos para a movimentação do câmbio está a forte entrada de capital estrangeiro, que tem sido atraído pela contínua elevação da taxa de juros no mercado interno. Em menos de um ano, o mercado brasileiro viu os juros internos aumentarem 8,75 pontos percentuais, representando a maior elevação para este espaço de tempo da história da nossa economia. Em março do ano passado, a Selic, considerada a taxa básica de juros do mercado brasileiro, estava no patamar de 2% a.a. Após sucessivos aumentos realizados pelo Comitê de Política Monetária (Copom), a Selic saltou para 10,75% a.a. no início de 2022. A expectativa atual do mercado, contudo, é de que a taxa básica de juros finalizará o ano em 12,75% a.a.

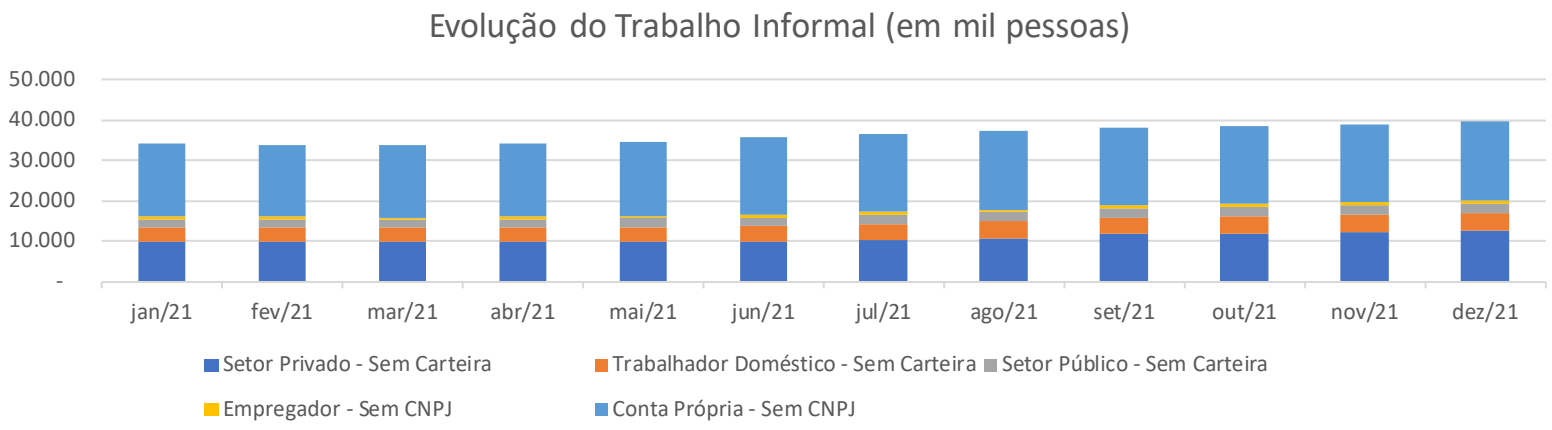
Se, por uma lado, a política monetária tem sido fortemente contracionista, por outro, a inflação tem se mostrado mais persistente do que o desejado. Apesar da elevação na taxa de juros, os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro indicaram a maior inflação para o mês, desde 2016. Entre os principais vilões, estão itens básicos da alimentação dos brasileiros, como carnes, frutas e café.

De acordo com as últimas expectativas dos analistas de mercado, levantadas pelo relatório Focus do Banco Central (BC), a projeção é de que 2022 finalize com uma inflação de 5,65%. Já são oito semanas consecutivas com elevação na mediana das expectativas do Focus para o IPCA. A meta estabelecida para a inflação do país neste ano é de 3,5%, com tolerância de 1,5

ponto percentual, para mais ou para menos. Dessa forma, a projeção traçada pelo mercado já sinaliza que a inflação em 2022 estará acima do teto da meta para o período.

A alta da Selic tem gerado, ainda, expectativas de estagnação econômica. A elevação dos juros no mercado tende a provocar uma redução nos níveis de investimento e consumo, gerando um baixo crescimento para o Produto Interno Bruto (PIB), ou até mesmo um decréscimo em relação a 2021. Para 2022, as projeções do mercado indicam um crescimento do PIB de 0,42%. Além disso, neste ano, a corrida eleitoral poderá frear o desenvolvimento de novos projetos por parte do setor privado. Apesar de não haver reais diferenças nas políticas econômicas a serem implementadas pelos principais presidenciáveis, as empresas tendem a esperar o resultado da eleição para conduzir projetos dentro das novas diretrizes econômicas a serem estabelecidas. Reformas importantes esperadas pelo mercado desde o início do governo Bolsonaro, como a administrativa e a tributária, as quais não foram realizadas até então, deverão ficar para o futuro (se forem, de fato, realizadas!), tendo em vista a impopularidade eleitoral que elas podem causar no curto prazo.

A possível estagnação econômica vem em um período de indicadores de mercado ainda preocupantes. Além da alta dos preços, o rendimento médio real das fontes de trabalho tem mostrado constante redução ao longo dos últimos meses. Em janeiro de 2021, o rendimento médio real do trabalho foi de R$2.736. Em dezembro do mesmo ano esse valor havia caído para R$2.447 (redução de mais de 10% no período). Com menos renda e preços mais elevados no mercado, as famílias



brasileiras já dão sinais de piora na condição financeira.

Dados divulgados pelo BC mostram que, em 2021, houve um crescimento de 21% no endividamento das famílias no país. O maiores crescimentos foram o crédito consignado, com 37% de expansão, e do cartão de crédito, com crescimento de 34% no período. A redução da remuneração, aliada a uma corrosão do poder de compra pela inflação, tem dificultado o pagamento das dívidas. No médio prazo, essa situação poderá ser ainda mais significativa, tendo em vista que os efeitos do aumento da taxa básica de juros na economia não são imediatos. Ou seja, uma parte do efeito da elevação da Selic ao longo do último ano ainda será incorporado pelo economia, o que tornará os empréstimos mais onerosos.

Apesar dessa situação alarmante, tem sido possível observar uma melhoria gradativa na geração de emprego no país. A taxa de desocupação tem caído nos últimos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. O ano de 2021 encerrou com um taxa de desocupação de 11,1%, ante 14,5% de janeiro. Mesmo assim, ainda são mais de 12 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho (no início de 2021 esse montante era de pouco mais de 14,2 milhões). Ao analisar os dados para a geração de emprego é possível notar uma forte dependência do mercado informal para a queda na taxa de desocupação. Nesta categoria, destacam-se os trabalhadores por conta própria sem CNPJ. O grupo saiu de 17,9 milhões em janeiro de 2021 para 19,5 milhões em dezembro do mesmo ano.

PANORAMA NORTE-AMERICANO

Por Cruz Daniel Lopez

A economia dos Estados Unidos desafiou os efeitos da Ômicron, crescendo a taxas saudáveis e criando empregos para centenas de milhares de americanos que retornam ao trabalho, mesmo em meio à contaminação expressiva. O relatório divulgado pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), dos EUA, indicou que as empresas americanas adicionaram 678.000 novos empregos em fevereiro de 2022, acima dos 481.000 em janeiro de 2022. Os números de emprego de fevereiro são os mais altos em sete meses e foram acima das expectativas do mercado. Com isso, a taxa de desemprego caiu para 3,8% em fevereiro, ante 4% em janeiro. O relatório de empregos veio uma semana depois de outro relatório do governo, que mostrou que a economia do país cresceu 7% no quarto trimestre de 2021, dando o impulso para ganhos sólidos na geração de empregos no país.

Em uma primeira tentativa de avaliar os impactos econômicos da invasão russa na Ucrânia, os analistas de mercado dizem que os EUA terão um crescimento mais lento e com inflação mais alta. A economia da Europa, em contrapartida, deverá sofrer uma recessão, enquanto a Rússia, especificamente, mergulhará em um declínio

de dois dígitos. A atual expectativa para a economia dos EUA é de crescimento de 3,2% este ano, uma modesta redução de 0,3% em relação à previsão de fevereiro, mas ainda acima da tendência mundial. A inflação para gastos de consumo pessoal deve subir 4,3% este ano, 0,7 ponto percentual acima do levantamento anterior de fevereiro. No entanto, ainda pouco se sabe sobre como os EUA responderão a um provável choque do petróleo em decorrência da crise na Ucrânia. A maioria dos analistas considera os riscos para suas previsões distorcidos em direção à inflação mais alta e ao crescimento mais baixo. A remoção completa do petróleo russo da oferta global pode significar um resultado muito mais danoso do que tem sido considerado.

> Os números de emprego de fevereiro são os mais altos em sete meses e foram acima das expectativas do mercado. Com isso, a taxa de desemprego caiu para 3,8% em fevereiro, ante 4% em janeiro.

O aumento dos preços das commodities, as amplas sanções financeiras e o potencial de proibição das importações de energia da Rússia

após a invasão da Ucrânia ameaçam prejudicar uma economia global ainda enfraquecida pela Covid-19. Os governos ocidentais também estão complicando a tarefa dos bancos centrais que estavam se preparando para eliminar gradualmente o dinheiro fácil. O presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, declarou recentemente que a invasão da Ucrânia pela Rússia provavelmente elevaria a inflação e disse que proporia um aumento de 0,25 ponto percentual na taxa de juros na reunião que se inicia no dia 15 de março.

Além disso, os mercados de ações voláteis estão corroendo as economias de fundos de pensão nos EUA, depois que os sistemas de previdência pública finalizaram 2021 com participações acionárias em alta, considerando os últimos 10 anos. Esses fundos tinham, em média, 61% de seus ativos em ações ao final de 2021, acima dos 54% de 10 anos atrás. A guerra entre a Rússia e Ucrânia e as expectativas de que o Fed aumentará as taxas de juros este mês prejudicaram os preços das ações, reduzindo essas participações em bilhões de dólares. Com a inflação na máxima de 40, os investidores começaram o ano fugindo das ações de crescimento, levando o Nasdaq de janeiro ao seu pior mês desde março de 2020, os primeiros dias da crise provocada pela pandemia.

Gráfico representando o crescimento da economia norte-americana. Foto: Rawpixel.

De uma forma geral, as ações em todo o mundo oscilaram no início de março, juntamente com os preços do petróleo e do níquel, o qual subiu tanto que as suas negociações foram fechadas em Londres. Na Rússia, em contrapartida, o banco central fechou o mercado de ações do país na segunda-feira em uma tentativa de conter um declínio acentuado esperado depois que sanções financeiras do ocidente foram implementadas. O mercado de ações do país sofreu uma queda devastadora de até 50% na semana passada após a invasão da Ucrânia pela Rússia. Para reduzir ainda mais o declínio em seu mercado de ações quando reabrir, o banco central do país instruiu os corretores a não executar ordens de venda de ações russas de investidores estrangeiros.

IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO

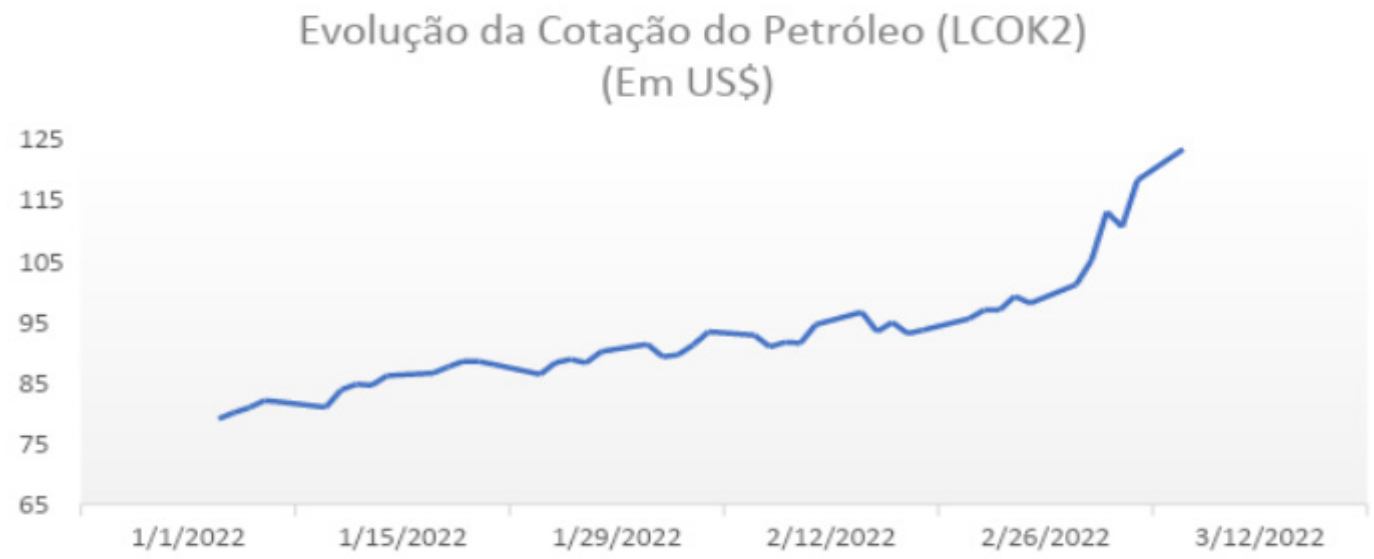
Mesmo com o recente movimento de apreciação do real frente às principais moedas internacionais, dois fatores externos podem alterar o fluxo de capital no curto prazo. O primeiro deles representa o anúncio iminente do aumento da taxa de juros nos EUA. Nos dias 15 e 16 de março o Federal Open Market Committee (Fomc) realizará sua segunda reunião do ano e um aumento de 0,25 ponto percentual na taxa de juros norte-americana tem sido esperado pelo mercado.

Apesar de o Fomc já ter anunciado, ao longo dos últimos encontros, a necessidade de elevar a taxa de juros para frear o avanço da inflação no EUA, parte do capital internacional hoje direcionado no Brasil pode migrar para o mercado norte-americano, buscando uma fonte de remuneração mais segura, quando o anúncio de fato ocorrer. Ao contrário do que ocorreu em 2013, contudo, a retomada dos juros nos EUA não deverá trazer grandes impactos para o Brasil, que já está com o câmbio depreciado. Além disso, o anúncio do tapering (redução dos estímulos) foi anunciado com antecedência pelo Federal Reserve (Fed) e já está parcialmente precificado pelo mercado. Não obstante, impactos de menor escala poderão fazer a taxa de câmbio voltar a um patamar mais próximo do que era observado no início de 2022.

Adicionalmente, o segundo fator que poderá trazer uma alteração no fluxo de capitais para o Brasil nos próximos meses é o desenrolar da crise político-militar entre Rússia e Ucrânia. Tanto a Rússia quanto a Ucrânia são países importantes para o cenário econômico mundial. Enquanto a Rússia representa um dos maiores produtores de petróleo do mundo, a Ucrânia detém uma parcela significativa da produção de grãos, em especial, trigo e milho. A redução da oferta dessas commodities poderá pressionar o preço dos produtos no mercado internacional, trazendo novas ondas de inflação para o Brasil.

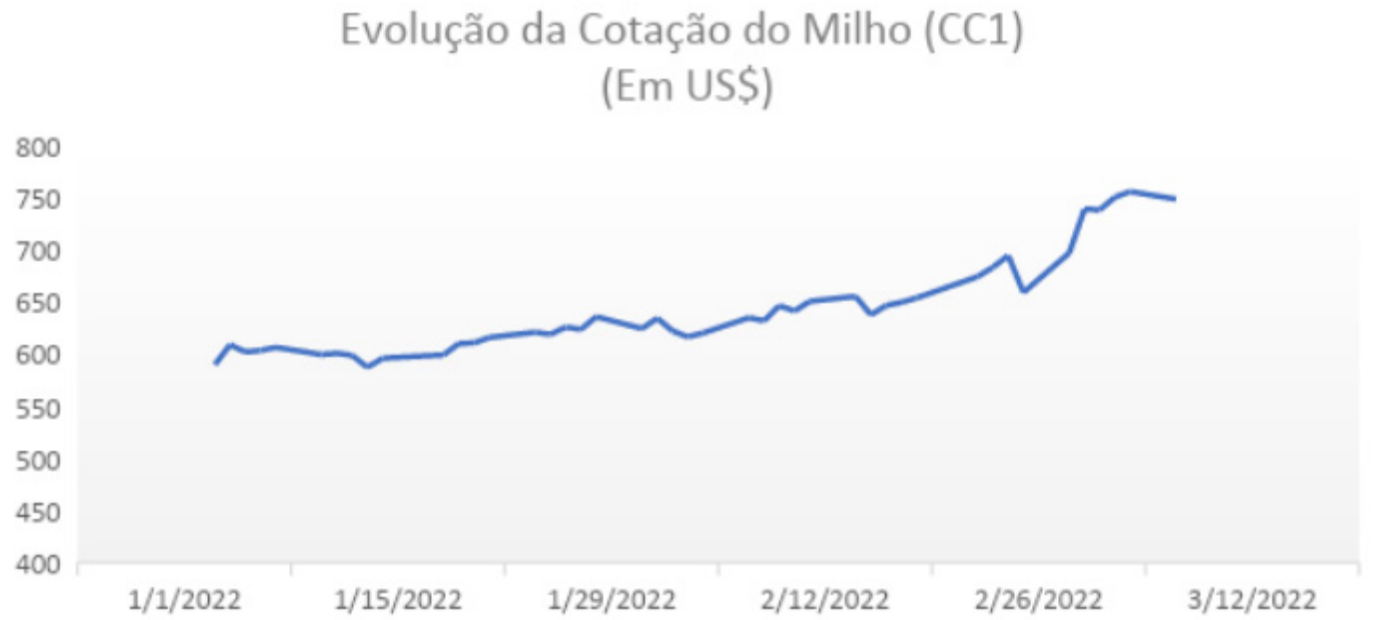
Campo de cultivo representando o agronegócio. Foto: @aleksandarlittlewolf/Freepik

Os preços dos produtos comercializados pela Rússia e Ucrânia, desde o início da guerra, têm apresentado uma significativa elevação no ce-



nário internacional, o que já traz consequências para o Brasil. A Petrobras, que adotou a política de paridade com o mercado internacional no governo Temer, em 2016, tem sido questionada sobre novos ajustes no preços dos combustíveis. É importante lembrar que a falta de paridade foi uma das principais críticas aos últimos governos, que seguraram artificialmente os preços dos combustíveis a partir da gestão da estatal. Agora, com uma nova onda de aumento dos preços do petróleo, o presidente e sua equipe econômica analisam soluções de curto prazo para contornar a paridade internacional e frear o possível avanço do preço da gasolina e diesel, o que traria impactos negativos para a popularidade do atual governo neste início da corrida presidencial. Sendo assim, é possível que no curto prazo a Petrobras volte a subsidiar o preço dos combustíveis no mercado interno, minimizando os efeitos da guerra na Ucrânia.

Por fim, para o Brasil, a crise provocada pela invasão russa na Ucrânia poderá gerar prejuízos também para o agronegócio. Isso porque, grande parte dos fertilizantes utilizados na produção do setor agropecuário no Brasil vem da Rússia. As dificuldades de produção e escoamento de carga no contexto de guerra, além das barreiras econômicas impostas pelo ocidente à Rússia, poderão dificultar (ou até mesmo impedir) a importação deste item nos próximos meses, reduzindo a produtividade das próximas safras brasileiras.



PONTO DE VISTA

PERSPECTIVAS PARA O VAREJO EM 2022 CONTINUAM CONSERVADORAS E MARCADAS PELA INCERTEZA

Por Fernando Trambacos
Coordenador dos cursos de Inteligência de Mercado no Varejo e Planejamento e Gestão Financeira no Varejo da Faculdade Fipecafi

Após dois anos de grande volatilidade por conta das consequências da Covid-19, o ano de 2022 já começou com expectativas pouco otimistas para o varejo, apesar da volta à normalidade com o gradativo relaxamento das restrições sanitárias. Em que pese o resultado relativamente bom do varejo na comparação entre 2021 e 2020 e do aumento da confiança do consumidor na medição de fevereiro de 2022 (maior patamar desde junho de 2021), a junção de fatores estruturais internos bastante desfavoráveis, com o agravamento das condições externas, deve pesar para uma retomada consistente do varejo brasileiro ao longo do ano.

Os números da última Pesquisa Mensal do Comércio, referentes ao fechamento do ano de 2021, mostram que o comércio varejista ampliado brasileiro teve crescimento de 4,5% em 2021, na comparação com 2020, recuperando a perda de 1,4% observada na comparação entre 2020 e 2019. Apesar de ser um bom resultado no todo, o fato de a maior parte desse ganho estar concentrada no primeiro semestre do ano, enquanto o segundo semestre de 2021 teve regressão de 1,7% frente ao mesmo período de 2020, já sinaliza um arrefecimento da retomada.

Olhando para os próximos meses, o ambiente interno brasileiro parece não trazer grandes expectativas de mudança frente ao que vem sendo observado nos últimos meses, apontando para uma manutenção do baixo crescimento econômico, combinado com inflação e desemprego elevados. Esse cenário se agrava com a perspectiva de uma eleição extremamente polarizada no segundo semestre, o que deve contribuir para um aumento de volatilidade e uma postergação de investimentos. Tal contexto coloca sob pressão principalmente as parcelas menos favorecidas da população, as quais têm sua renda, e, portanto, seu poder de consumo, bastante pressionada, impactando negativamente o comércio varejista.

Paralelamente, existe a expectativa de que o cenário externo também apresente condições desfavoráveis para a economia brasileira, exercendo ainda mais pressão sobre a retomada do varejo. O mercado está atento particularmente a dois fatores: em primeiro lugar, as consequências do conflito na Ucrânia, que tendem a pressionar os preços de combustíveis, sendo esse um dos itens que contribuem para a elevação da inflação; e, em segundo lugar, para o iminente aumento de taxa de juros nos Estados Unidos, consequência da inflação elevada que também vem sendo observada naquele país, o que contribui para um aumento do dólar e, como consequência, um encarecimento da importação de produtos, sejam para consumo ou investimento.

Diante de tudo o que foi colocado acima, fica clara a origem do conservadorismo das expectativas em relação ao desempenho do comércio varejista em 2022. Apesar dessa tendência estrutural, porém, o fato de o varejo brasileiro ser extremamente diversificado e capilarizado implica que diferentes segmentos e regiões sejam impactados de maneiras diferentes pelas tendências macro do mercado.

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE NEGÓCIOS

PANDEMIA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA?

Luiz Guilherme Rodrigues Antunes
Doutorando em Administração pela USP, Consultor da Guida Consultoria, Pesquisador em Inovação e Estratégia, Professor e coordenador na faculdade FIPECAFI

Desde sempre a sociedade civil vem se transformando e, conjuntamente, a empresarial. Ao longo dos quase três últimos centenários (a partir da primeira revolução industrial) as organizações têm passado por grandes metamorfoses, sejam elas nos processos produtivos (produção em massa devido à energia elétrica e eletroeletrônica – segunda e terceira revolução industrial), ou na forma de se realizar as transações com os fornecedores, clientes e consumidores (e-commerce originado pela tecnologia de informação e comunicação – terceira revolução industrial). Seguindo esta tradição, e de forma mais rápida que anteriormente, há quem afirme que estamos passando por novo período de mutação, isto é, a quarta revolução industrial.

Conhecida como transformação digital, este fenômeno tem aproximado o mundo virtual ao real, de modo que as instituições têm desenvolvido, consciente ou inconscientemente, rumo à digitalização. A transformação digital tem como objetivo melhorar as organizações por meio da tecnologia de computação, comunicação e conectividade além da informação. Os exemplos tecnológicos mais conhecidos são: a robótica avançada, big data, internet das coisas (IoTs), inteligência artificial e machine larning, cloud computing e manufatura aditiva (impressora 3D), além da nano e biotecnologia. No entanto, a inserção da instituição no mundo digital vai além do investimento em novas tecnologias. Pesquisas recentes na área de gestão têm demonstrado que esforços devem ser realizados no sentido de produzir estratégias digitais e reconfigurar a estrutura organizacional.

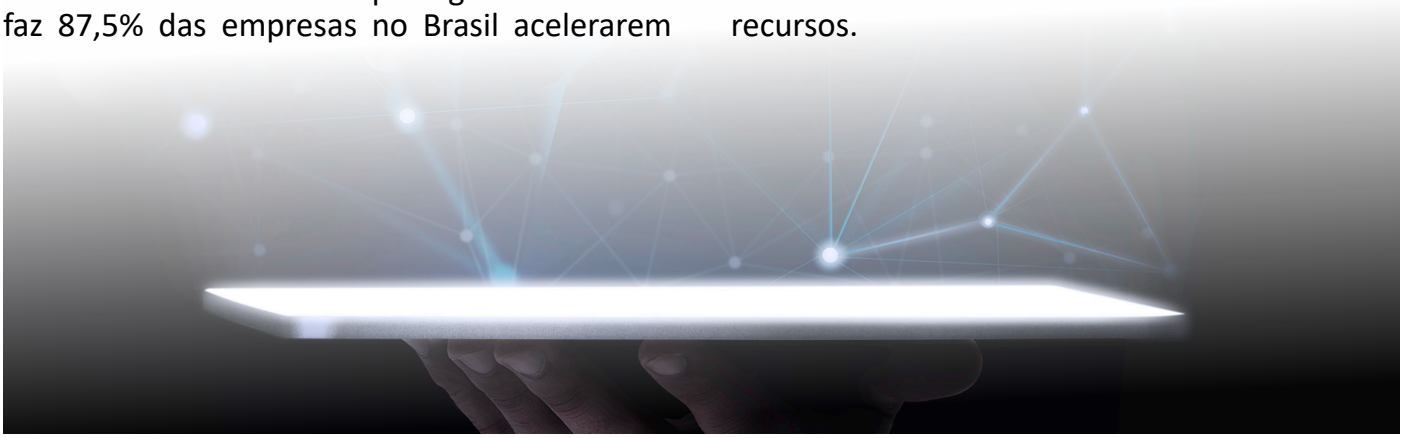
Em outras palavras, a estratégia organizacional precisa ser repensada a luz dos novos hábitos dos consumidores e da própria inovação. Nos últimos anos, o consumidor tornou-se onipresente, competente às tecnologias de informação e multimídias (redes sociais, por exemplo). Como participantes ativos no processo de compra e consumo, dialogam frequente com seus fornecedores e suas partes interessadas, produzindo alta quantidade de informações. A geração de extensas bases de dados tem promovido, frequente e velozmente, mudanças na proposta de valor dos negócios. Como consequência à ampliação da oferta de produtos e serviços digitais, injetados como inovações, tem perturbado os diferentes cenários competitivos (brigas por vantagem competitiva).

Conjuntamente ao estabelecimento de estratégias digitais, está a necessidade de reestruturar as configurações organizacionais, através de novos processos, fluxos de informação e cultura. Neste sentido, a digitalização atua como ruptura nos moldes tradicionais da arquitetura organizacional, forçando os negócios a se conformarem sob desenhos mais flexíveis e ambidestras (capacidade de produzir inovações radicais e incrementais). Isto é, no âmbito dos processos, há surgimento de novos procedimentos para se realizar o core business do negócio e favorecer a

inovação. Na gestão da informação, a organização deve aprender a lidar e salvaguardar grande volume de dados, bem como criar caminhos para a disseminação da comunicação interna e externa. Para a formação das equipes, a multifuncionalidade e competência tecnológica são tidas como base das práticas de recrutamento, seleção e desenvolvimento de talentos. Por fim, a cultura organizacional tem o papel de apoiar o processo da inserção tecnológica, acalmando os efeitos colaterais da mudança organizacional.

Tomando como certa e irremediável a transformação digital e seus impactos na sociedade empresarial (mudanças estratégicas e de estrutura), a pandemia do Covid-19 tem se apresentado como força propulsora para esta revolução. Embora estudos tenham demonstrado o declínio de muitos negócios (conforme os dados do IBGE, publicado em 16 de julho de 2020, no Brasil, durante o período de pandemia, houve o fechamento de um entre quatro empresas, sendo o setor de serviços e comércio os mais afetados), a Covid-19 aparece como alavanca à sobrevivência dos negócios por meio da transformação digital. Ou seja, uma das duas faces da mesma moeda. Isso pode ser observado à medida que ela tem acelerado os processos de digitalização das empresas. Segundo os dados da McKinsey Global Survey, publicado na repostagem "How COVID-19 has pushed companies over the technology tipping point—and transformed business Forever" no dia 05 de outubro de 2020, a crise sanitária levou ao aumento de investimentos em iniciativas digitais, tecnologia e a qualificação de pessoas nas funções tecnológicas, como reposta à inserção dos consumidores nos canais digitais. Segundo o mesmo estudo, cerca de 80% das interações com os clientes, surgiram (e ainda surgem) através dos canais digitais. Tendência semelhante tem acontecido no Brasil. De acordo com a reportagem "Pandemia faz 87,5% das empresas no Brasil acelerarem projetos de transformação digital", publicado no dia 18 de novembro de 2020, pela Forbes Brasil, 87,5% das empresas brasileiras já desenvolveram alguma iniciativa voltada à transformação digital, enquanto a média mundial está em 80% dos negócios. No escopo de iniciativas, os empresários brasileiros têm investido em aperfeiçoar o trabalho remoto; reinventar a experiência digital dos consumidores, fornecedores e colaboradores; e se proteger de ataques cibernéticos.

Contudo, apesar destes dados serem excitantes aos olhos dos entusiastas da quarta revolução industrial, precisamos recordar que ainda estamos longe de tomarmos a liderança neste processo, mesmo sob o contexto da pandemia. Conforme o Industrial Development Report 2020: Industrializing in the digital age, publicado em 2020, pela United Nations Industrial Development Organization, o Brasil ainda está em 12° lugar no ranking de produção de patentes tecnológicas; e 22° e 18° lugar, respectivamente, na exportação e importação de tecnologias. Estes dados refletem a baixa produção de tecnologia do País e a constante necessidade de adquirir tecnologias estrangeiras. Esse panorama, portanto, demonstra a fragilidade da indústria nacional em desenvolver, a custos reduzidos, tecnologias para o mercado doméstico. Essa deficiência, impacta, diretamente, as micro, pequenas e médias empresas, que, na maioria dos casos, não apresentam recursos suficientes para acompanhar as mudanças ambientais. Como uma das alternativas para melhorarmos este contexto está o investimento governamental financeiro e não financeiro para incentivo à ciência, tecnologia e inovação. No entanto, pelo que parece, este cenário ainda está longe de modificar-se, à medida que os investimentos em ciência básica e aplicada estão cada vez mais escassos devido aos constantes cortes de recursos.



Pessoa utilizando a tecnologia. Foto: @rawpixel.com/Freepik

ESPAÇO JURÍDICO-CONTÁBIL

O DIREITO TRIBUTÁRIO E A CIÊNCIA DE DADOS

A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA DE DADOS PARA QUE OS CONTRIBUINTES POSSAM EXERCER SEUS DIREITOS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONEXÃO ENTRE DIREITO POSITIVO E MUNDO CONCRETO

Por Dr. Marcio Miranda Maia
Advogado do escritório Maia&Anjos

O presente artigo visa a avaliar o impacto que a digitalização das obrigações fiscais acessórias trouxe aos contribuintes em suas obrigações tributárias em geral e, especialmente, no que tange ao exercício dos seus direitos. Conforme demonstraremos em nossa abordagem, nos últimos anos houve relevante mudança no ambiente tributário brasileiro que deu origem a uma curiosa integração do Direito Tributário com a Ciência de Dados, disciplina nova, moderna e que se comprova ser hoje matéria indispensável para a adequada utilização do Direito Tributário, seja pelo próprio Fisco (lato sensu), seja pelos contribuintes.

Inicialmente, nunca é demais lembrarmos que a peculiar complexidade do sistema tributário brasileiro, com dezenas de tributos distintos e os diferentes entes tributantes, municípios, estados e união, por si já traz enormes complexidades e custos relevantes às empresas. Essa questão é famosa, de conhecimento público e objeto de inúmeros estudos e matérias, portanto, não vamos nos ater a ela diretamente.

Por volta do ano de 2010, o Fisco (federal, estaduais e municipais), em busca melhorar sua eficiência, reduzir o volume de documentos físicos necessários para seus trabalhos e simplificar as obrigações dos contribuintes, optou pela implantação do SPED (sistema público de escrituração digital), massificado a partir de 2013.

O resultado dessa relevante inovação é que, uma década depois do início dos trabalhos, hoje, praticamente todos os atos comerciais (lato sensu) realizados em território brasileiro se manifestam em documentos eletrônicos. Estes documentos são remetidos ao fisco quase que imediatamente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária e são consolidados em livros fiscais digitais que são entregues ao Fisco, e depositados em ambiente digital adequado com periodicidade regular. Em outros termos, o Fisco tem praticamente ao mesmo tempo da ocorrência do fato gerador as informações de

cada transação ocorrida em território nacional com seus detalhes integrais, o que lhe propicia, além de todas as vantagens já discorridas, a possibilidade de cruzamento de dados entre compradores e vendedores, além de outras bases de dados, como as providas pelos bancos, por exemplo. Contudo, estes documentos e livros digitais (fiscais e contábeis) somente serão válidos se devidamente entregues aos fiscos em suas diferentes esferas, e será através deles que o quantum debeatur será apurado.

Por certo, são as normas jurídicas que compõem o direito positivo e criam não só os tributos como as obrigações principais dos contribuintes. Entretanto, as normas gerais e abstratas necessitam de outras regras completando o processo de positivação do direito, com fim de obter uma maior aproximação dos fatos e ações reguladas. Em outros termos, hoje, pode-se dizer que o fato gerador se materializa juntamente com a emissão do documento eletrônico, cujas informações o Fisco detém quase que imediatamente à sua ocorrência.

Como consequência direta da implantação do SPED e digitalização das obrigações fiscais, houve enorme aumento na eficácia e agilidade dos trabalhos do fisco, chegando-se a um ponto em que hoje sequer há a necessidade, em muitos casos de acionamentos fiscais, dos auditores visitarem as empresas. O resultado final obtido foi um salto enorme de produtividade do Fisco, que bate recordes de arrecadação e autuações ano após ano.

O Fisco nacional, de forma muito competente, conseguiu organizar os dados gerados por toda a economia brasileira e, na prática, digitalizou o direito tributário. Hoje, os fiscos possuem bancos de dados monumentais, contendo a integralidade das operações realizadas em território nacional, de forma estruturada e seu trabalho está concentrado em identificar desvios, erros e fraudes que causam redução indevida na arrecadação. A ciência de dados se tornou quase que disciplina obrigatória para a existência de uma boa fiscalização.

> De certa forma, o que se verifica é que o direito tributário e a ciência de dados estão definitivamente conectados em função da transposição dos atos da vida prática para o ambiente digital.

Segundo conceito extraído da Wikipidia, “Ciência de dados (em inglês: data science) é uma área interdisciplinar voltada para o estudo e a análise de dados econômicos, financeiros e sociais, estruturados e não-estruturados, que visa a extração de conhecimento, detecção de padrões e/ou obtenção de insights para possíveis tomadas de decisão.”.

Ora, o que se verifica é que o Fisco brasileiro, atualmente, extrai sua eficácia mais da ciência de dados do que de qualquer outra forma.

O contraponto que se verifica pelo lado dos contribuintes é que eles tiveram relevantes ganhos financeiros com a eliminação de grande parte da papelada mantida nos departamentos fiscais. Os seus custos com geração e arquivos de papeis foram praticamente levados a zero e deveriam ter sido substituídos com muito mais eficácia por sistemas bem dimensionados.

É fundamental, neste ponto, que se lembre que não só as obrigações dos contribuintes se tornaram digitais. Também a manifestação dos seus direitos se tornou digital. Toda a materialização do direito pelo lado do contribuinte demanda a análise de dados, sua gestão, organização e demonstração concreta para que o Fisco possa avaliar o direito concreto de cada contribuinte e autorizar ou negar ao contribuinte o exercício dos seus direitos.

Não basta, na maioria das demandas tributárias vencidas pelo contribuinte, que o seu direito seja posto pelo poder judiciário. Após esta fase, há a necessidade de que ele seja detalhadamente demonstrado aos Fiscos. Em outras palavras, ao contribuinte não basta ganhar a tese judicial que lhe é favorável, pois na maioria das vezes ele terá que demonstrar ao fisco derrotado o montante adequado ao qual ele tem direito. A materialização do seu direito terá que ser quantificada inescapavelmente com o ancoramento em documentos digitais, muitas vezes pulverizado em milhões de operações. Neste cenário, não raro, por não dominar as

ferramentas, tecnologia e conhecimento para a elaboração da adequada demonstração, o contribuinte simplesmente abandona seu direito ou o tem indeferido por apresentação de prova insuficiente.

Novamente, nota-se o evidente entrelaçamento entre o direito tributário e a ciência de dados. De certa forma, o que se verifica é que o direito tributário e a ciência de dados estão definitivamente conectados em função da transposição dos atos da vida prática para o ambiente digital.

E este entrelaçamento traz desafios enormes para os contribuintes, já que estes, em sua grande maioria, não possuem supercomputadores e grandes equipes de competentes técnicos à sua disposição para a utilização da ciência de dados a seu favor.

A alta complexidade legislativa e a assimetria de poder entre o Fisco e os contribuintes, originada, por um lado, pela adequada utilização da ciência de dados por parte daquele e, por outro, pela falta de capacidade de investimentos em tecnologia, sistemas e recursos técnicos que possibilitariam a geração de informações de qualidade por parte desses, coloca, por óbvio, os contribuintes em situação de enorme exposição negativa, na qual ora se torna difícil pagar corretamente os seus impostos e ora a recuperação dos impostos pagos indevidamente se torna inviável.

Desta sorte, embora o desejável seja um sistema tributário onde todos os contribuintes paguem exatamente o imposto devido, nem mais, nem menos, na prática, o que se verifica, sobretudo no cenário nacional, é que os contribuintes são autuados por pagarem menos impostos em determinadas situações porém, esses mesmos contribuintes, ainda que com o conhecimento do fisco, acabaram por pagar imposto maior em outras situações, resultando em um paradoxo esdrúxulo: um único contribuinte pode ser objeto de autos de infrações com multas pesadíssimas em determinadas operações praticadas por ele, contudo, tendo impostos a ressarcir em outras inúmeras operações.

Este cenário é verificado com muita regularidade pelos profissionais do setor tributário e é de ampla ciência de advogados, contadores e consultores tributários.

Estranho, curioso e imprevisível, há até pouco tempo atrás, este entrelaçamento simbiótico que se nasceu entre a ciência de dados e o Direito Tributário, onde cientistas e técnicos de TI trabalham programando o direito em seus computadores e utilizando a ciência de dados para garantir a arrecadação tributária.

Curioso, ainda, é que diante do cenário posto, a única solução para que os contribuintes paguem os impostos que lhes seriam devidos, nem mais, nem menos, passaria pela utilização das mesmas ferramentas de que os fiscos dispõem. Porém, esta solução não é trivial ou simples, embora seja a única.

Evidentemente, o contribuinte deve sempre concentrar seus melhores esforços e recursos em suas operações do dia a dia, comerciais ou industriais. O enfrentamento das particularidades do mundo tributário, podem compensar imensamente em termos de recuperação de créditos, por exemplo, mas, por absoluta racionalidade e otimização de recursos, o melhor caminho é aliar-se a especialistas na tecnologia da informação aplicado ao ambiente tributário.

A forma mais segura de apuração dos créditos tributários pelo contribuinte, é a conferência dos lançamentos que deram origem a estes créditos, entretanto, em um ambiente digital cujo volume de dados é crescente, a ciência de dados aplicada ao Direito Tributário é a única saída viável.

Por fim, o que se verifica é que excetuadas nobres exceções, usualmente grandes corporações, que possuem recursos suficientes para fazerem frente à capacidade do Fisco, os contribuintes em geral inescapavelmente deverão se socorrer com a contratação de empresas altamente especializadas que consigam fazer a adequada conexão da ciência de dados e o Direito Tributário.

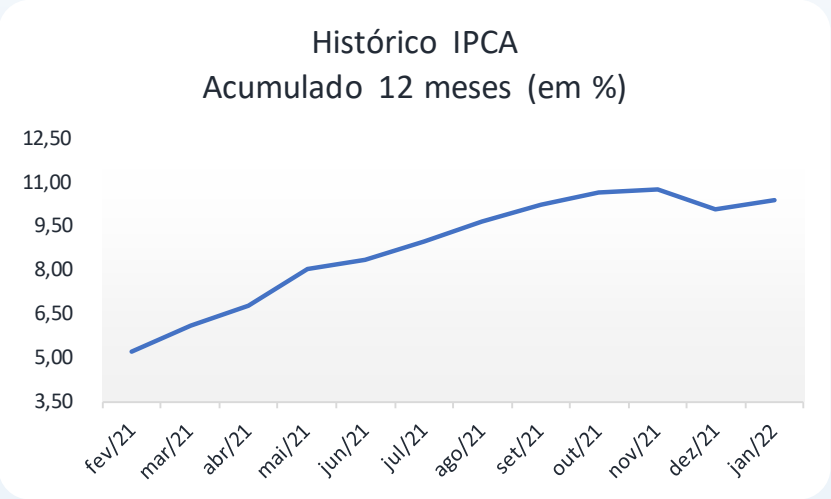
Foi-se o tempo em que uma boa assessoria jurídica e contábil seriam suficientes para que uma empresa apresentasse alto nível de eficiência tributária. A Ciência de Dados e os seus profissionais, já há algum tempo, se tornaram atores centrais no Direito Tributário (e isso se verifica em nível mundial também). Desta forma, caberá às empresas e aos profissionais do setor lidarem com esta nova realidade já posta.

É, sim, possível um contribuinte ter eficiência tributária, garantindo estar em dia com suas obrigações e fazendo frente ao Fisco através da utilização efetiva de todos os seus direitos, porém, hoje, esta eficiência dificilmente se dará sem a utilização das melhores tecnologias aplicadas ao tema. Bem-vindos a uma nova era.

TERMÔMETROS DO MERCADO

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

O primeiro resultado de 2022 para o índice oficial de inflação do Brasil, o IPCA, mostra que janeiro começou com um ritmo mais acelerado do que o esperado para os preços do mercado.



Apesar de inferior à inflação registrada em dezembro de 2021, o resultado de janeiro de 2022 foi o maior para o indicador, desde 2016.

Resultado IPCA (em %)

IPCA	Fev-21	Mar-21	Abr-21	Mai-21	Jun-21	Jul-21	Ago-21	Set-21	Out-21	Nov-21	Dec-21	Jan-22
No Mês	0.86	0.93	0.31	0.83	0.53	0.96	0.87	1.16	1.25	0.95	0.73	0.54
No Ano	1.11	2.05	2.37	3.22	3.77	4.76	5.67	6.90	8.24	9.26	10.06	0.54
12 Meses	5.20	6.10	6.76	8.06	8.35	8.99	9.68	10.25	10.67	10.74	10.06	10.38

No acumulado de 12 meses, o IPCA passou a ser de 10,38%, ante 10,06% registrado no último mês do ano passado. Entre as classes com maior expansão no período, destacam-se a de alimentação e bebida e habitação.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Com os resultados para o PIB do quarto trimestre de 2021, que mostrou crescimento de 0,5%, o Brasil saiu da recessão técnica (que ocorre quando a taxa de crescimento do PIB é negativa em dois trimestres consecutivos).

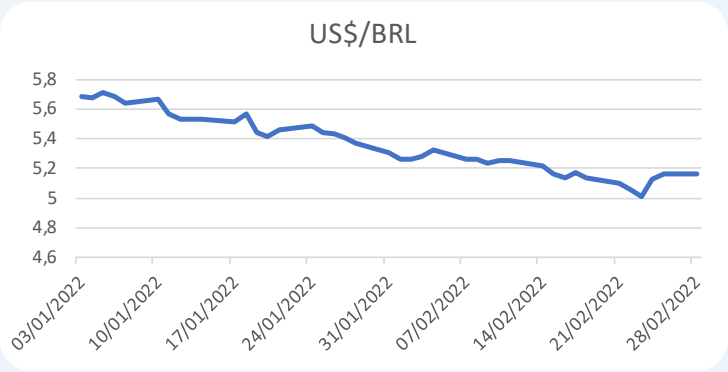
Resultados do PIB (%)

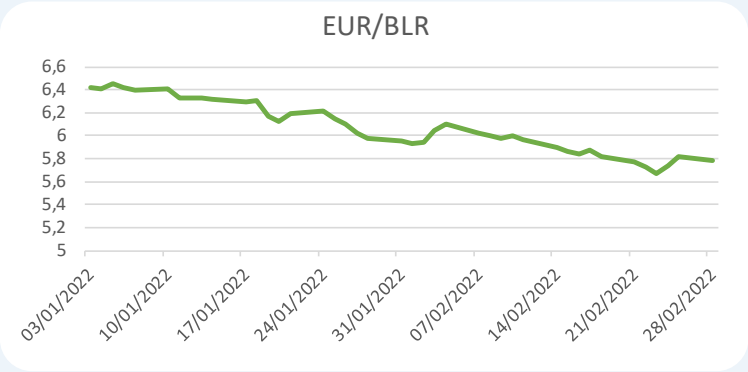
Critério	1° TRI 21	2° TRI 21	3° TRI 21	4° TRI 21
No TRI / TRI imediatamente anterior	1.40	- 0.30	- 0.10	0.50
No TRI / mesmo TRI do ano anterior	1.30	12.30	4.00	1.60
Em 4 TRI / mesmo período do ano anterior	- 3.50	1.90	3.90	4.60
No ano / mesmo período do ano anterior	1.30	6.50	5.70	4.60

Para o ano, a economia brasileira cresceu 4,6%, em comparação com 2020, ano este significativamente afetado pela pandemia.

CÂMBIO

O início do ano tem sido marcado por uma melhoria gradativa na apreciação do Real frente ao Dólar e Euro. Esse resultado pode ser reflexo, entre outros fatores, da expectativa de elevação da taxa de juros no mercado interno pelo Banco Central, o que tende a atrair mais capital estrangeiro.

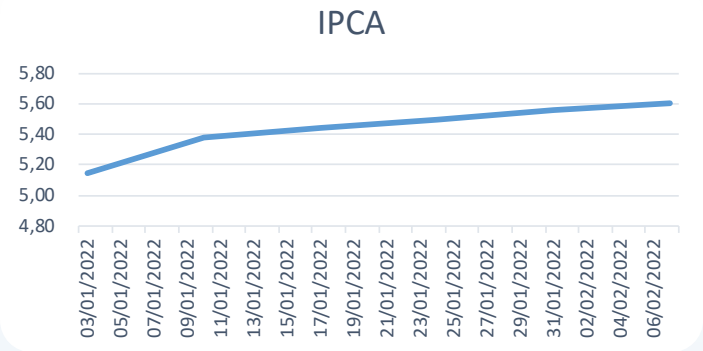


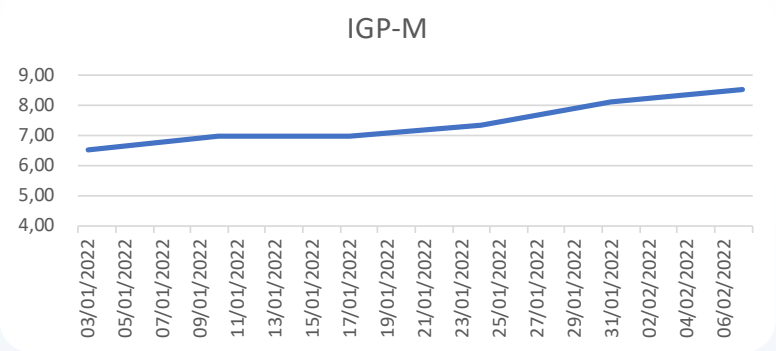


É importante destacar, contudo, que o Real ainda está em um nível de depreciação elevado. Além disso, em março de 2022, o Federal Reserve deverá aumentar a taxa de juros dos EUA, podendo provocar uma nova onda desvalorização da moeda brasileira. Por fim, a crise da Ucrânia poderá trazer mais volatilidade aos mercados, impactado no câmbio de países emergentes como Brasil.

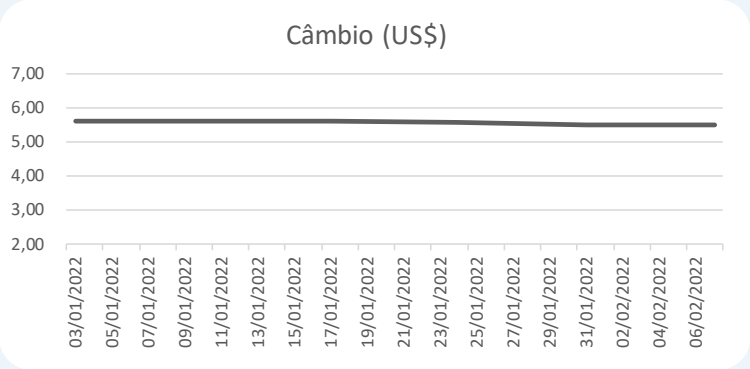
EVOLUÇÃO DAS EXPECTATIVAS DO MERCADO (FOCUS)

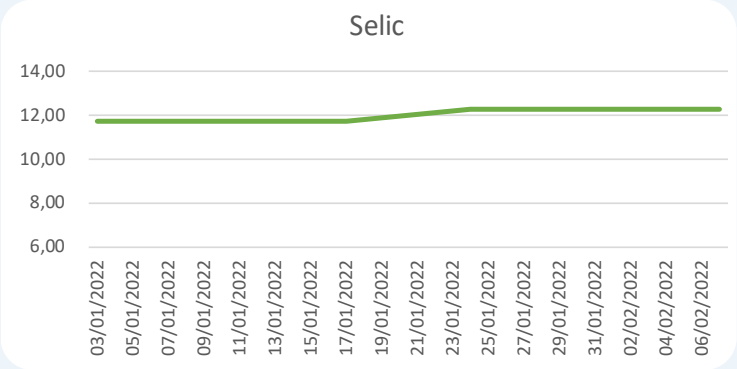
O início de 2022 já é marcado por mudanças nas expectativas dos analistas. IPCA e IGP-M, importantes indicadores de inflação, foram ajustados para cima ao longo dos primeiros meses do ano.

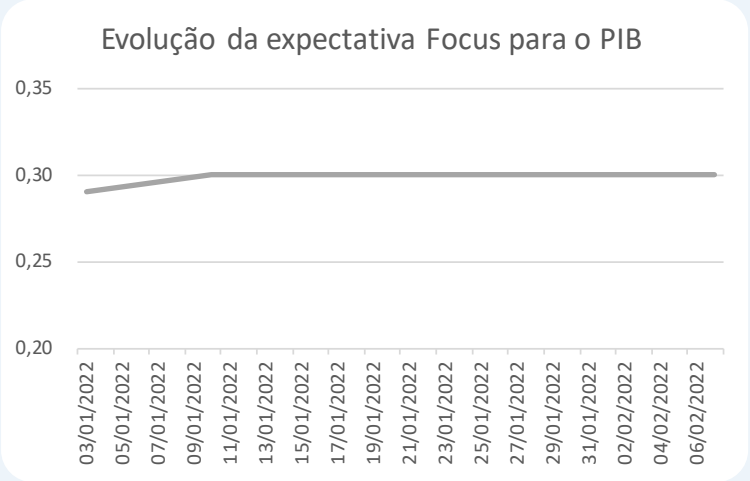




No caso do IPCA, em específico, considerado o indicador oficial da inflação do mercado brasileiro, as estimativas dos analistas já apontam para resultados acima do teto da meta estipulada pelo governo, que é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.







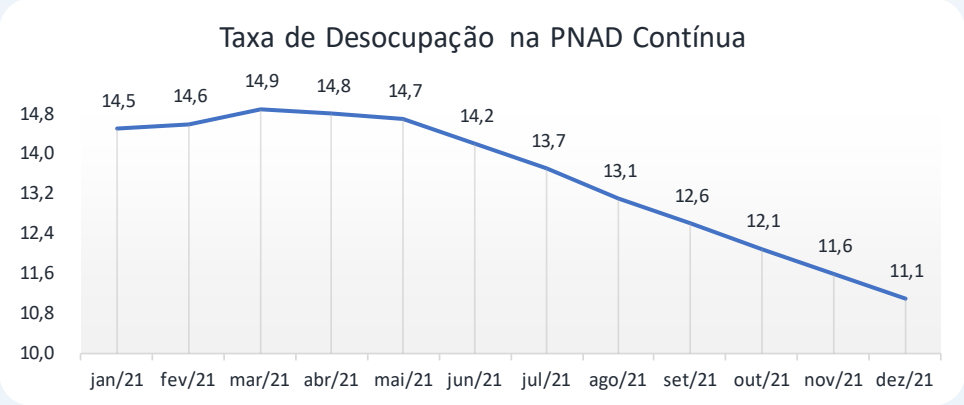
A expectativa para o PIB também já foi reajustada pelo mercado, indicando uma estimativa atual de crescimento de 0,30%, sinalizando uma estagnação para a economia do país em 2022. Para a Selic, espera-se um patamar de 12,25% a.a. ao final de 2022. Para o câmbio, a expectativa é de que a moeda brasileira continue depreciada frente ao dólar, alcançando a conversão de US$1,00 para R$5,50 ao final do período.

EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (PNAD CONTÍNUA)

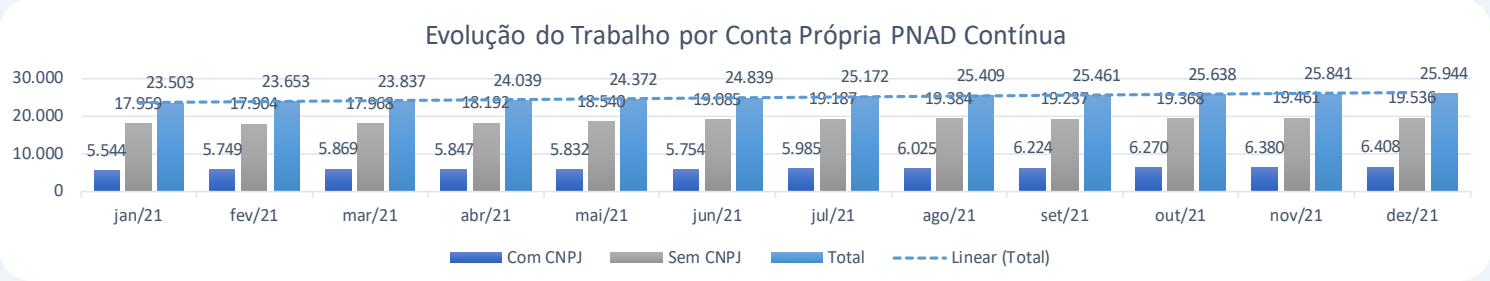
A evolução dos dados da PNAD Contínua em 2022 indica uma redução gradativa da taxa de desocupação da economia brasileira. Em dezembro, o mercado brasileiro apresentou cerca de 12 milhões de desocupados.

Desocupação na Economia Brasileira

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
%	14.5	14.6	14.9	14.8	14.7	14.2	13.7	13.1	12.6	12.1	11.6	11.1
Nº Absoluto (Mil pessoas)	14,272	14,423	14,805	14,761	14,795	14,444	14,085	13,656	13,453	12,906	12,405	12,011



Na desagregação dos dados é possível notar, contudo, que essa recuperação está associada com o crescimento do trabalho informal. Neste grupo, destacam-se os trabalhadores por conta própria.

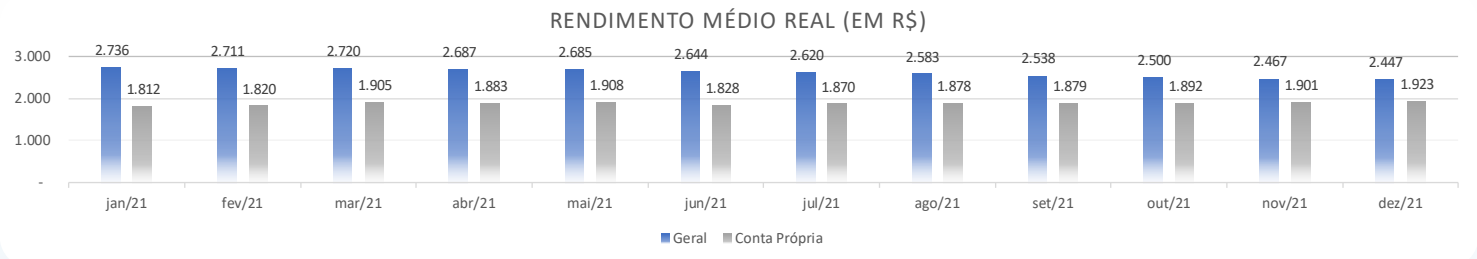


Categoria de Trabalho por Conta Própria (em mil pessoas)

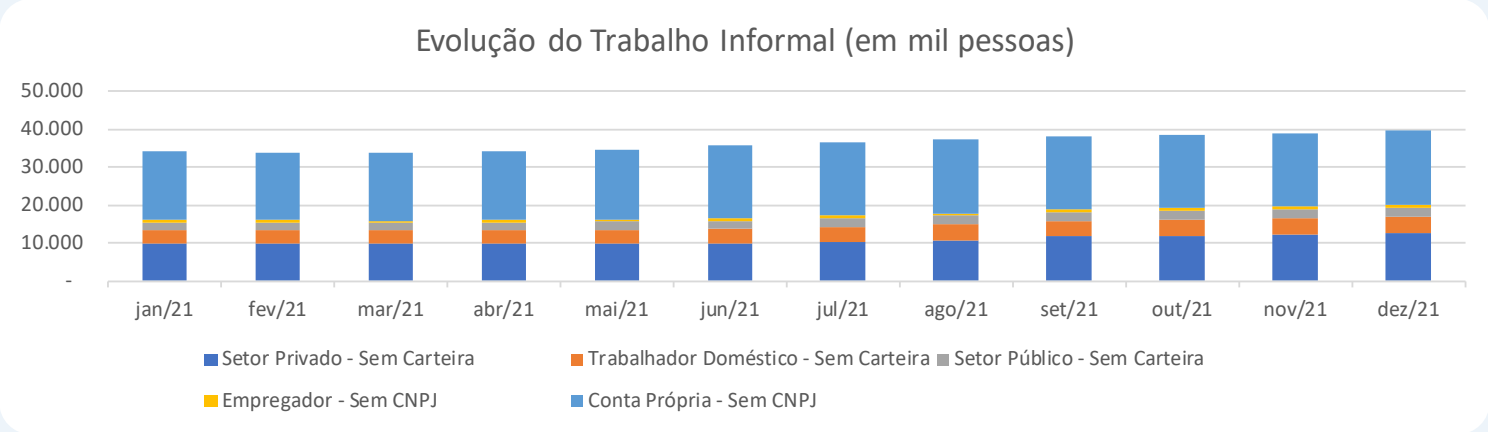
Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Com CNPJ	5,544	5,749	5,869	5,847	5,832	5,754	5,985	6,025	6,224	6,270	6,380	6,408
Sem CNPJ	17,959	17,904	17,968	18,192	18,540	19,085	19,187	19,384	19,237	19,368	19,461	19,536
Total	23,503	23,653	23,837	24,039	24,372	24,839	25,172	25,409	25,461	25,638	25,841	25,944

Rendimento Médio Real (em R$)

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Geral	2,736	2,711	2,720	2,687	2,685	2,644	2,620	2,583	2,538	2,500	2,467	2,447
Conta Própria	1,812	1,820	1,905	1,883	1,908	1,828	1,870	1,878	1,879	1,892	1,901	1,923



No último relatório da PNAD Contínua, referente ao mês de dezembro de 2021, são mais de 39,5 milhões de trabalhadores na informalidade - incluindo a categoria de trabalho doméstico. Desse total, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ somam mais de 19,5 milhões (51% do total).

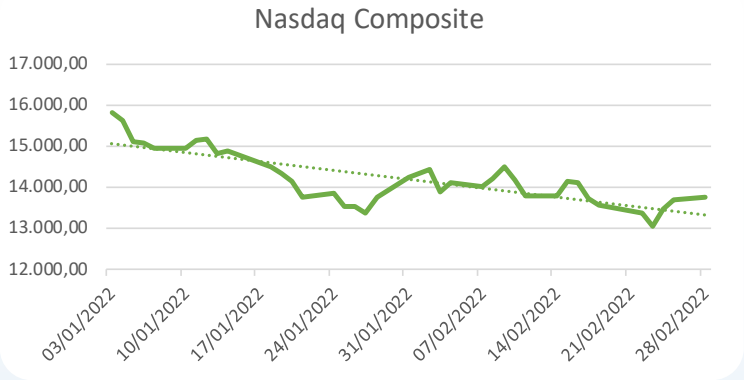


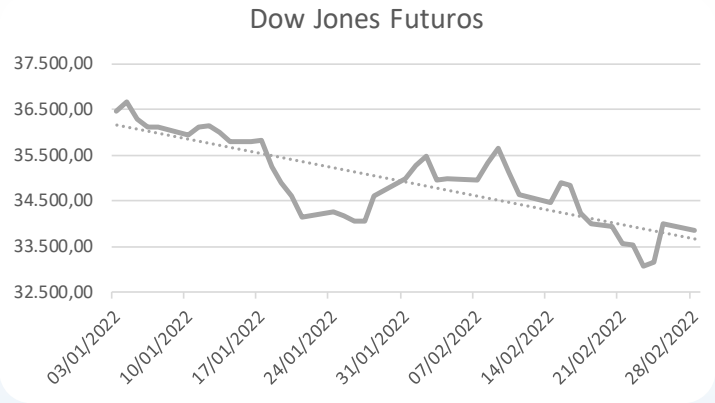
Evolução do Trabalho Informal (em mil pessoas)

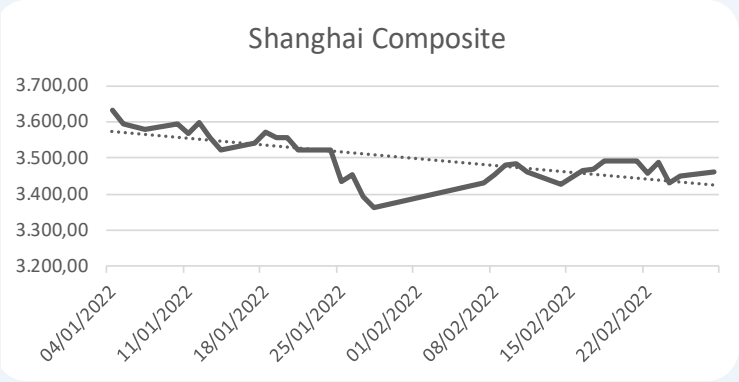
Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Setor Privado - Sem Carteira	9,809	9,796	9,691	9,752	9,804	10,023	10,339	10,791	11,691	11,956	12,179	12,443
Trabalhador Doméstico - Sem Carteira	3,599	3,598	3,591	3,603	3,683	3,796	4,017	4,150	4,052	4,168	4,247	4,296
Setor Público - Sem Carteira	2,114	1,981	1,915	1,971	2,062	2,097	2,149	2,199	2,256	2,333	2,437	2,488
Empregador - Sem CNPJ	667	685	674	673	657	691	720	726	738	754	755	750
Conta Própria - Sem CNPJ	17,959	17,904	17,968	18,192	18,540	19,085	19,187	19,384	19,237	19,368	19,461	19,536
Total	34,148	33,964	33,839	34,191	34,746	35,692	36,412	37,250	37,974	38,579	39,079	39,513

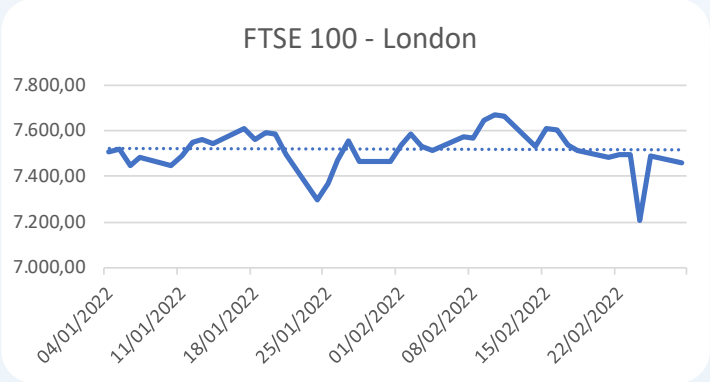
DESEMPENHO DO MERCADO DE CAPITAIS

A bolsa brasileira iniciou 2022 novamente descolada do desempenho obtido pelos principais mercados internacionais. Enquanto as bolsas dos EUA, Inglaterra e China apresentaram desempenho negativo nos dois primeiros meses de 2022, a B3 mostrou uma valorização.

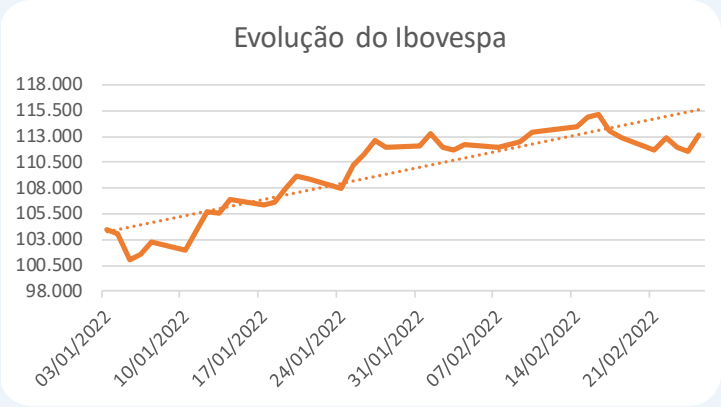


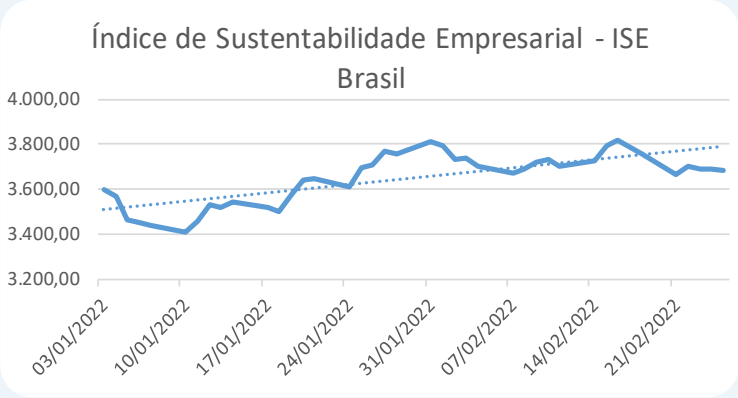






O Ibovespa, principal indicador de desempenho da bolsa brasileira, voltou a ultrapassar os 110 mil pontos após forte queda no final do último ano. o ISE, que considera empresas com bons indicadores de sustentabilidade, acompanhou o desempenho do Ibovespa apresentando crescimento no primeiro mês de 2022.

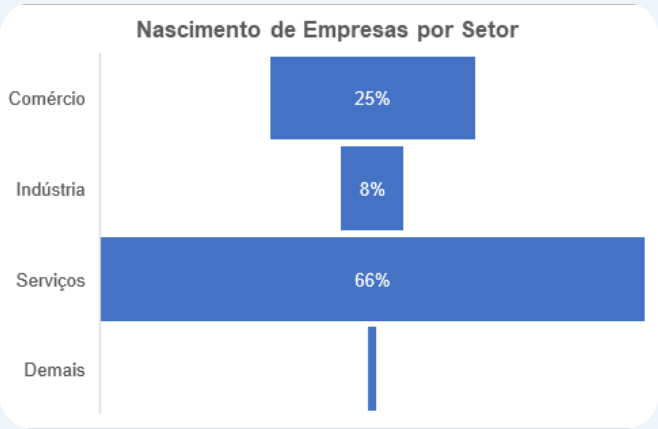




Para todos os indicadores analisados, houve uma queda abrupta no final de fevereiro em decorrência da guerra iniciada na Ucrânia, com destaque para a bolsa de Londres. Shangai foi a bolsa com o menor impacto, dentre as analisadas.

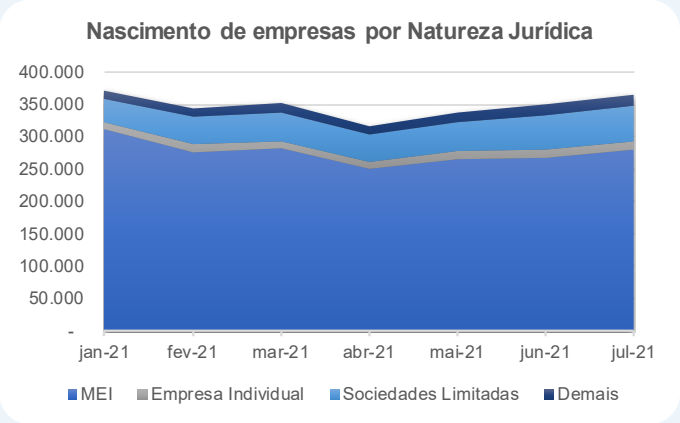
ÍNDICE DE NASCIMENTO DE EMPRESAS

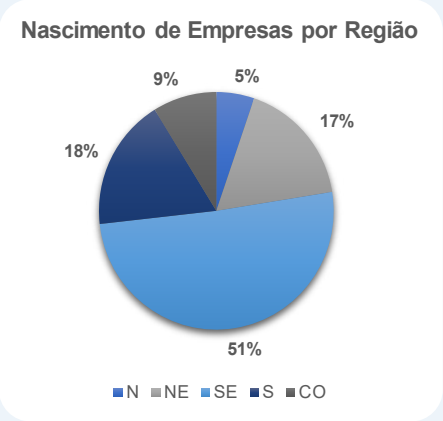
Mês			Região			Setor				Natureza Jurídica				Total
	N	NE	SE	S	CO	Comércio	Indústria	Serviços	Demais	MEI	Empresa Individual	Sociedades Limitadas	Demais	
Jan-21	18,081	65,900	188,347	65,198	33,055	91,037	29,461	246,859	3,224	312,462	10,577	35,418	12,124	370,581
Feb-21	16,124	57,268	179,255	60,364	30,800	81,374	26,622	231,839	3,976	276,201	12,505	41,408	13,697	343,811
Mar-21	19,739	58,069	178,357	63,781	31,768	81,890	26,419	240,166	3,239	282,221	10,383	45,145	13,965	351,714
Apr-21	17,198	52,395	160,249	58,947	27,910	77,123	23,847	212,210	3,519	249,648	11,217	42,161	13,673	316,699
May-21	18,665	56,738	172,325	59,400	30,622	84,818	25,509	224,034	3,389	265,922	12,032	45,644	14,152	337,750
Jun-21	18,454	58,029	180,908	61,831	31,040	88,503	26,086	230,537	5,136	267,713	12,870	51,896	17,783	350,262
Jul-21	19,107	64,866	185,505	64,208	32,102	93,537	27,358	240,144	4,749	279,925	13,294	54,861	17,708	365,788
Aug-21	19,593	67,999	194,175	68,226	33,103	96,781	28,947	252,349	5,019	295,500	13,100	56,529	17,967	383,096
Sep-21	17,458	58,929	168,193	59,987	28,944	83,247	25,126	220,877	4,261	255,810	12,098	54,756	10,847	333,511
Oct-21	15,921	55,949	168,390	58,130	27,342	81,053	24,305	215,648	4,726	249,921	11,447	55,402	8,962	325,732
Nov-21	17,618	56,632	148,394	61,343	26,556	86,228	27,725	191,471	5,119	248,513	11,389	43,157	7,484	310,543
Total	197,958	652,774	1,924,098	681,415	333,242	945,591	291,405	2,506,134	46,357	2,983,836	130,912	526,377	148,362	3,789,487
%	5%	17%	51%	18%	9%	25%	8%	66%	1%	79%	3%	14%	4%	100%



Até novembro de 2021, foram mais de 3,4 milhões de CPNJ criados. O Sudeste conta com a maior parte desse contingente (51%). Também é possível notar que a grande parte dessas novas empresas é do setor de serviços (66%).

Em relação à natureza jurídica desses empreendimentos, 79% é representado por MEI.





Analisando esses resultados em conjunto com os dados sobre o mercado de trabalho, ha uma tendência verificada para a economia brasileira: crescimento do trabalho por conta própria impulsionado pela prestações de serviços.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO DE CAPITAIS

Frequência de Eventos

Mês	IPO	Follow-on
Jan	-	1
Fev	-	-
Mar	-	-
Abr	-	-
Mai	-	-
Jun	-	-
Jul	-	-
Ago	-	-
Set	-	-
Out	-	-
Nov	-	-
Dez	-	-
Total	-	1

Captação de recursos em R$ (valores nominais)

ANO	IPO	FOLLOW-ON	TOTAL
2004	4,487,065,024	4,317,579,322	8,804,644,346
2005	5,447,335,660	8,488,868,795	13,936,204,455
2006	15,373,613,634	15,062,683,258	30,436,296,892
2007	55,648,186,085	14,464,732,433	70,112,918,518
2008	7,494,941,362	26,760,549,835	34,255,491,197
2009	23,831,458,391	22,151,816,327	45,983,274,718
2010	11,193,373,738	138,047,959,152	149,241,332,889
2011	7,175,095,457	10,814,789,923	17,989,885,380
2012	3,932,950,736	9,307,533,492	13,240,484,228
2013	17,293,349,990	6,066,116,253	23,359,466,243
2014	417,980,763	13,959,899,999	14,377,880,762
2015	602,800,014	17,461,217,465	18,064,017,479
2016	674,197,600	9,966,649,298	10,640,846,898
2017	20,760,529,289	21,020,386,288	41,780,915,577
2018	6,823,344,095	4,429,700,000	11,253,044,095
2019	9,836,302,565	79,762,980,683	89,599,283,248
2020	43,925,413,832	73,962,720,930	117,888,134,762
2021	65,668,660,563	64,844,099,967	130,512,760,530
2022	-	5,697,516	5,697,516

O ano de 2022 começa com apenas uma capta por follow-on, com levantamento de R$5,6 milhões. No mesmo período de 2021, a B3 já havia reconhecido duas aberturas de capital e um follow-on, com levantamento total de R$4,8 bilhões (em valores nominais).

AGENDA DE DIVULGAÇÕES

MACROECONÔMICAS

10/Mar – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

10/Mar – Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)

11/Mar – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

11-Mar – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

15/Mar – Pesquisa Industrial Mensal - Regional (PIM-R)

16/Mar – Crescimento do Setor de Serviços

16/Mar – Reunião COPOM: Decisão da Taxa de Juros Selic

17/Mar – Índice de Atividade Economia do Banco Central (IBC-Br)

18/Mar – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

25/Mar – Confiança do Consumidor

25/Mar – Índice de Preços ao consumidor Amplo- 15 (IPCA-15)

28/Mar – Sondagem da Construção

28/Mar – Índice Nacional de Custo da Construção – M (INCC-M)

29/Mar – Sondagem da Indústria

30/Mar – O Índice Geral de Preços – M (IGP-M)

30/Mar – Sondagem do Comércio

30/Mar – Sondagem de Serviços

30/Mar – Índice de Preços ao Produtor (IPP)

31/Mar – Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br)

31-Mar – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

01/Abr – Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF)

08/Abr – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

08/Abr – Pesquisa Industrial Mensal - Regional (PIM-R)

AGENDA DE DIVULGAÇÕES

BALANÇOS

10/Mar – ARREZO CO (ARZZ3)
10/Mar – GRUPO SOMA (SOMA3)
10/Mar – HAPVIDA (HAPV3)
10/Mar – MAGAZ LUIZA (MGLU3)
10/Mar – SMART FIT (SMFT3)
10/Mar – TENDA(TEND3)
14/Mar – DIRECIONAL (DIRR3)
14/Mar – ECORODOVIAS (ECOR3)
15/Mar – CVC BRASIL (CVCB3)
15/Mar – IGUATEMI S.A (IGTA3)
15/Mar – YDUQS PART (YDUQ3)
16/Mar – LOJAS MARISA (AMar3)
16/Mar – MATER DEI (MATD3)
16/Mar – MRV (MRVE3)
16/Mar – PROFARMA (PFRM3)
17/Mar – B3 (B3SA3)
17/Mar – BR MALLS PAR (BRML3)
17/Mar – CPFL ENERGIA (CPFE3)
17/Mar – CYRELA REALT (CYRE3)
17/Mar – ENERGISA (ENGI3)
17/Mar – ENJOEI (ENJU3)
17/Mar – LOJAS RENNER (LREN3)
17/Mar – PARANAPANEMA (PMAM3)
17/Mar – PORTOBELLO (PTBL3)
17/Mar – VIVARA S.A. (VIVA3)
18/Mar – GAFISA (GFSA3)
18/Mar – LUPATECH (LUPA3)
22/Mar – COPEL (CPLE3)
22/Mar – EVEN (EVEN3)
22/Mar – POSITIVO TEC (POSI3)
22/Mar – TAURUS ARMAS (TASA3)
22/Mar – TRACK FIELD (TFC04)
23/Mar – HIDROVIAS (HBSA3)
23/Mar – LOCAWEB (LWSA3)
24/Mar – ANIMA (ANIM3)
24/Mar – BANCO INTER (BIDI3)
24/Mar – COGNA ON (COGN3)
24/Mar – EMBRAER (EMBR3)
24/Mar – LE LIS BLANC (LLIS3)
24/Mar – LIGHT S/A (LIGT3)
24/Mar – MULTILASER (MLAS3)
24/Mar – SABESP (SBSP3)
24/Mar – TECNISA(TCSA3)
24/Mar – TIME FOR FUN (SHOW3)
25/Mar – SER EDUCA (SEER3)
28/Mar – JBS (JBSS3)
28/Mar – OSX BRASIL (OSXB3)
29/Mar – BRADESPAR (BRAP3)
29/Mar – CEDRO (CEDO3)
29/Mar – CEMIG (CMIG3)
29/Mar – CESP (CESP3)
29/Mar – COPASA (CSMG3)
29/Mar – GETNINJAS (NINJ3)
29/Mar – IHPARDINI (PARD3)
29/Mar – INTER SA (BIDI3)
29/Mar – MELIUZ (CASH3)
29/Mar – OI (OIBR3)
29/Mar – ONCOCLINICAS (ONCO3)
29/Mar – PDG REALT (PDGR3)
29/Mar – QUALICORP (QUAL3)
29/Mar – REDE DOR (RDOR3)
30/Mar – BR BROKERS (BBRK3)
30/Mar – CRUZEIRO EDU(CSED3)
30/Mar – MarFRIG (MRFG3
30/Mar – SARAIVA LIVR (SLED3)
31/Mar – BAHEMA (BAHI3)
31/Mar – PETZ (PETZ3)
31/Mar – RENOVA (RNEW3)

FICHA TÉCNICA

HEAD EDITORIAL
Edgard Cornacchione

HEAD DE PESQUISA
Fernando Dal-Ri Murcia

ECONOMISTA-CHEFE
Samuel de Oliveira Durso

RELAÇÃO COM O MERCADO
Gabriel Emir Moreira e Silva

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Araujo S. Zambianco

CORRESPONDENTE EUA
Cruz Daniel Lopez

SÉRIES E DADOS
Marcelo Souza

ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO
Victor Boscato

ESTAGIÁRIA DE DESIGN
Bruna Coelho Cruz

denarius.info

/boletimdenarius

denarius@fipecafi.org

@BoletimDenarius

@BoletimDenarius

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área financeira que estejam interessados em compreender, de forma precisa e objetiva, a influência da Economia e do mercado no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.